

Integram essa coleção as histórias rurais de 19 dos 27 estados, um estudo específico sobre “Matopiba” e cinco capítulos que analisam os mais marcantes aspectos da economia e do “mundo do trabalho” em diferentes atividades produtivas, entre as principais do sistema agroalimentar brasileiro.

O resultado é fascinante, pois desvenda processos, tendências, fatos e horizontes, práticos ou analíticos, demonstrativos da forte diversidade produtiva e da heterogeneidade estrutural típicos do Brasil rural. É o que seria esperado, inevitavelmente, em um país continental. No qual, a partir de determinado período histórico “deslanchou” uma forte expansão de sua economia agropecuária, forçando a busca de novas terras e impulsionando um processo de modernização capitalista inédito. Um movimento, sobretudo econômico e financeiro, que vem eliminando o passado rural do país. Em termos simples e diretos, *a história anterior de um “Brasil agrário” está sendo rapidamente virada de ponta-cabeça*, enterrando diversos aspectos típicos do atraso produtivo e tecnológico que foi a marca predominante do campo brasileiro em quase toda a sua história. E vai surgindo um Brasil rural extremamente aberto às inovações e à lógica capitalista – seja para seus vetores positivos ou, também, em relação ao desequilíbrio e à instabilidade que ocasionalmente caracteriza a expansão desse regime econômico.

É o primeiro (e robusto) passo para uma caminhada de magnitude muito maior. Qual seja, produzir, em algum tempo adiante, uma completa, multidisciplinar e exaustiva **História do Brasil rural**.

“Ao longo de décadas, a agricultura brasileira deixou de ser um setor tradicional e marginal para se tornar um dos pilares, senão o eixo central, da economia nacional. Esse salto não foi apenas técnico ou econômico. Ele foi político, social, territorial e ambiental. É essa complexidade – ambígua, tensa e multifacetada – que deve estar no centro da análise de quem deseja compreender o Brasil rural contemporâneo” (do *“Ensaio Introdutório”*, de Antônio Márcio Buainain)

Esse é o contexto motivador desse livro. Ficaram para trás os ciclos regionais de expansão e observa-se a constituição de *um novo ciclo agrícola, inédito porque agora nacional*, não mais circunscrito a um estado ou região.

Surge assim uma necessidade analítica que se tornou urgente e necessária. *É preciso interpretar o todo*. Ou seja, atualmente seria pelo menos insuficiente e parcial repetir a metodologia ou os modelos das análises que, no passado, ou foram regionais, estaduais ou setoriais, focados exclusivamente em algum tema particular.

Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil Rural representa um ambicioso esforço de pesquisa e análise em direção àquele objetivo de maior alcance. Não se trata de um passo modesto, pois a coletânea reúne 61 autores (de 27 instituições de pesquisa, em todo o país), os quais refletem sobre a específica “história rural” em seus estados. Em síntese: *pela primeira vez no campo dos “estudos rurais”* sob a perspectiva das Ciências Sociais, um livro analisa as trajetórias rurais que caracterizaram cada estado ou algumas das principais atividades agropecuárias. Ou seja, nesse livro as “partes” se tornaram notavelmente aproximadas e, desta forma, a materialização “do todo” (a completa, abrangente e total interpretação do Brasil rural) tornou-se potencialmente viável.



Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil Rural

Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no

Brasil Rural

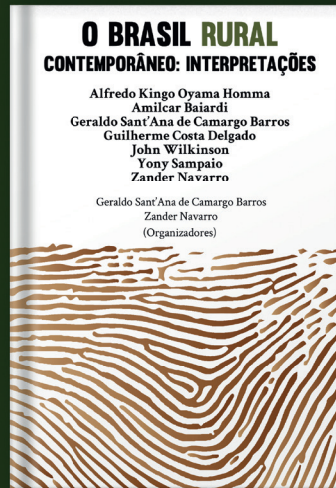
Nicole Rennó Castro
Junior Ruiz Garcia
Zander Navarro

(Organizadores)

Adriana Ferreira Silva | Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo | Ahmad Saeed Khan | Alexandre Luís Giehl | Alfredo Kingo Oyama Homma | Amílcar Baiardi | Ana Carolina Giuberti | Ana Louise de Carvalho Fiúza | Antônio Márcio Buainain | Arlei Luiz Fachinello | Calixto Rosa Neto | Carlos Otávio de Freitas | Eliane Pinheiro de Sousa | Eric Loures | Fábio Rodrigues de Moura | Francisco de Assis Correa Silva | Gardenia Gonçalves de Oliveira | Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros | Gustavo Carvalho Moreira | Hildo Meirelles de Souza Filho | Jéssica Pacífico de Moraes Araújo | João Paulo Santos Mastrangelo | João Ricardo Ferreira de Lima | Junior Ruiz Garcia | Laura Costa Silva | Leonardo Ventura de Araújo | Leonardo Viana Coutinho do Prado | Lilian de Pellegrini Elias | Linneu Borges Filho | Lucilio Rogério Aparecido Alves | Marcelo Antonio Conterato | Marcelo Miele | Márcia Cristina Silva Paixão | Márcio Rogers Melo de Almeida | Marcos Paulo Fuck | Marcos Vinícius de Oliveira Andrade | Margarete Boteon | Maria Thereza Macedo Pedroso | Marlon Vinícius Brisola | Mateus Rezende de Andrade | Matheus Pinheiro Ferreira | Mauro Osaki | Miguel Azedo de Moraes | Natália Salaro Grigol | Nicole Rennó Castro | Odirlei Fernando Dal Moro | Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior | Paulo Dabdab Waquil | Paulo Hartung | Pedro Gilberto Cavalcante Filho | Renato Garcia Ribeiro | Renato Nunes de Lima Seixas | Rodrigo Hakamada | Sheila Cristina Ferreira Leite | Thales Penha | Thiago Bernardino de Carvalho | Vitória Piccina Senna | Waldemiro Alcântara da Silva Neto | Yony Sampaio | Zander Navarro | Zenaide Rodrigues Ferreira



Apoio:



Capítulo 13

Pernambuco

Yony Sampaio / João Ricardo Ferreira de Lima

Introdução

A ocupação e o desenvolvimento do rural pernambucano podem ser resumidos em quatro movimentos principais. A ocupação inicial foi desencadeada com a instalação de engenhos voltados para a exportação de açúcar para a Europa ainda no século 16. Apesar de inúmeras tentativas de diversificação (Sampaio, 1999), atualmente a chamada Zona da Mata continua tendo na cana-de-açúcar transformada em açúcar e álcool a sua principal atividade agrícola. O segundo movimento concretizou-se com a expansão da pecuária pelo interior do estado, consolidando a ocupação do Agreste e do Sertão, o que ocorre a partir da metade do século 17. O terceiro movimento foi a diversificação agrícola do Agreste, a partir da expansão do algodão nos finais do século 18 e do fracionamento da terra em policultura diversificada. E o quarto movimento definiu-se pela instalação da agricultura irrigada, a partir de 1970, no submédio do Vale do São Francisco.

Nesses processos de longa duração, se estruturaram a evolução e a atualidade do rural pernambucano. Um condicionante das mudanças é a rotação do eixo de ligações econômicas e sociais, as quais mudam do exterior, inicialmente, para uma crescente integração nacional acirrando a concorrência entre regiões e estados, nos últimos cem anos, mas, principalmente, a partir dos anos 1950, quando estradas e rodovias viabilizaram o acesso a um interior antes parcialmente isolado. Com essa integração, a ocupação espacial da agropecuária brasileira foi quase fortemente redefinida no período contemporâneo.

Naturalmente, esse quadro geral esconde nuances de extrema importância. Do lado do capital, as mudanças tecnológicas e nas relações de trabalho como consequência das inovações e das transformações políticas e sociais. Do lado do trabalho, a abolição da escravidão e a crescente proletarianização que a segue, na esteira das mudanças econômicas e políticas que caracterizavam a Velha República, o movimento tenentista, a expansão dos movimentos “camponeses” a partir dos anos 1950, o período militar e os últimos quarenta anos. O objetivo desta parte inicial é traçar um quadro geral, simples, mas preciso, dessas transformações na ocupação da terra, no capital e no trabalho em Pernambuco.

Alguma digressão metodológica é necessária. Primeiro, trabalha-se com uma regionalização clássica e amplamente aceita de Pernambuco: Zona da Mata, Agreste e Sertão. Em que pese as muitas críticas (Sampaio e Pessoa, 1987; Ferreira Irmão e Sampaio, 1985) à extrema simplificação desta regionalização convencional, para um quadro geral tem a vantagem da facilidade da leitura e da interpretação. Segundo, assume-se, sem uma análise mais profunda assentada em detalhamento empírico, a substituição do mercado externo (que justificou inicialmente a ocupação da

Zona da Mata com a cana-de-açúcar e a posterior expansão do algodão pelo Agreste) pelo mercado interno, movimento que rotaciona a produção de açúcar do Nordeste para o Sudeste, ainda nos anos 1930, e seu aprofundamento posterior proporciona a crescente integração do mercado interno, com grandes implicações. Um bom exemplo desse efeito foi o fechamento de uma florescente indústria de doces e conservas no Nordeste e a perda de competitividade de Pernambuco na produção de grãos, de algodão e na pecuária para as novas zonas de produção do Cerrado.

Terceiro, exerce-se com certa liberdade a análise de mudanças no capital e no trabalho sem explicitar as teorias implícitas, o que evita discussões sobre conceitos econômicos e sociais. Por fim, é inevitável não tomar as mudanças políticas como definidoras da política econômica e esta, como condicionante da adoção de inovações e de transformações nas relações de trabalho. Muitas vezes, como será destacado, as transformações seguem caminho diverso e adverso daquele pensado pelos legisladores e agentes das mudanças. Contudo, esta é exatamente a teia de relações que impulsiona mudanças, para o “bem e para o mal”.

1. A Zona da Mata

Em quinhentos anos de ocupação com a cana-de-açúcar, inúmeros analistas, estudiosos e planejadores anunciaram a necessidade e a inevitabilidade de diversificação da área com a substituição desta atividade por outras (Sampaio, 1999). No entanto, a atividade permanece. Ao longo dos anos, muitas transformações ocorreram, seja na adoção de inovações, na diminuição do número de usinas, na elevação da produtividade, na transformação das relações de trabalho e na redefinição do seu espaço produtivo (Santos e Barreto, 2022). Com uma certa tristeza reconhece-se que o espaço desocupado por várias usinas ou permanece sem ocupação produtiva ou está subocupado com pecuária e outras atividades geradoras de menor renda e com baixa produtividade. O fato é que historicamente não surgiu uma atividade competitiva com a cana-de-açúcar que a viesse substituir.

Os antigos engenhos prosperaram no regime de escravidão. Assalariados eram uma exceção, contratados apenas em atividades especializadas. Porém, para o fim do século 19, com a progressiva venda de escravos para o Sudeste em expansão econômica com o café, novas relações foram estabelecidas (Andrade, 1980). No século 20, quando as usinas surgiram, o trabalho se tornou basicamente assalariado, mas desenvolveu-se nos engenhos o sistema de moradores. Como a cana na época ocupava as várzeas, as chamadas chãs, ou áreas altas, eram ocupadas por moradores que trabalhavam nas suas roças e nos engenhos, no trato da cana. Em algum início, havia o cambão, dias de trabalho gratuito em troca do direito de produção nas roças (Andrade, 1980). Entretanto, o trabalho assalariado predominou, principalmente após 1950. Na época das safras, a colheita e moagem das canas requeria a necessidade de trabalho acima de trezentos ou quatrocentos mil trabalhadores, uma demanda que excedia a oferta local, e havia a entrada de habitantes do Agreste, trabalhadores temporários agasalhados em “vilas” que muitos, por ignorância, em período recente, confundiam com senzalas.

O sistema de moradores começou a ficar disfuncional nos anos 1950 com o surgimento de movimentos sociais em favor da reforma agrária e dos direitos trabalhistas dos moradores. Em rápida sucessão, os moradores foram eliminados, mudando-se para a periferia das pequenas cidades, em completa proletarianização.

Coincidindo, ocorre a expansão da produção de cana, decorrente entre outros fatores do bloqueio a Cuba e da posterior expansão da produção de álcool. Duas tragédias decorreram. Primeiro, a deterioração de uma fonte alimentar importante dos trabalhadores e de um local de residência melhor. Segundo, a eliminação de áreas de Mata Atlântica nos morros, devido à expansão da cana nas chãs. Uma tragédia social seguida de uma tragédia ecológica. Como reconhecido por alguns (Ferreira Irmão e Sampaio, 1985; Sigaud, 1977; Meyer, 1977), tudo contrário ao pensamento de nossos cientistas sociais, os quais viam no assalariamento um avanço capitalista e, talvez, seguindo Lênin (em seu clássico **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, originalmente publicado em 1899), fatos supostamente criadores das condições para uma “revolução” no campo. As tímidas tentativas de reforma agrária, de modo geral, não foram bem-sucedidas (Galindo e Sampaio, 1990) e não fomentou o desenvolvimento uma agricultura familiar dinâmica.

Ao longo de quinhentos anos, muitas inovações foram adotadas. Seja no campo ou na fábrica. Nos últimos cinquenta anos, a dinâmica girou em volta da mecanização do campo. As áreas planas, por se prestarem melhor, são privilegiadas, enquanto as áreas de várzeas, o mas-sapê tão famoso no passado, foram relativamente abandonadas. Com a mecanização diminuiu a demanda por trabalho global e mudou a necessidade por um trabalho mais especializado (Santos e Barreto, 2022). A expansão da cana no Sudeste e no Centro-Oeste vem determinando níveis mais elevados de competitividade. Usinas favoravelmente localizadas e estruturadas no agronegócio sobrevivem. As menores, com pior localização e sem administração eficiente, fecharam. Em Pernambuco, de mais de 70 usinas, apenas 13 sobrevivem, produzindo um total pouco menor do que há poucos anos.

O trabalho hoje é basicamente assalariado. Apesar de muitas áreas abandonadas, dos muitos projetos de reforma agrária, a agricultura familiar permanece frágil, sem evoluir para uma agricultura familiar dinâmica, integrada a mercados e geradora de renda suficiente para manter as famílias. Ironicamente, umas poucas áreas mais bem-sucedidas no passado produziam cana para venda às usinas. Todavia, com a competitividade e as transformações, não sobreviveram. Houve tentativas de manter usinas falidas como cooperativas ou com administração estatal. Óbvio que sem as mínimas condições de competitividade.

Uma visão panorâmica da Zona da Mata demonstra, portanto, que o dinamismo ainda vem das usinas e dos engenhos fornecedores de cana, com administração profissional e crescente mecanização no campo. Em áreas de expansão urbana, como no entorno de Suape, antigas áreas de cana estão sendo transformadas em áreas industriais e conjuntos habitacionais, com elevado retorno econômico. O trabalho rural é assalariado, podendo ser permanente ou temporário, mas as famílias dos trabalhadores residem nas cidades próximas.

2. Os agrestes

O termo “Agrestes” é usado para representar a área tradicional de policultura, com destacadas variações internas. Ocupados a partir da segunda metade do século 17, teve no algodão elemento de grande destaque na sua ocupação econômica, ao lado da pecuária bovina que acompanha o devassamento inicial. A perda de competitividade com fibras sintéticas reduziu a sua presença produtiva, posteriormente sofrendo uma *débâcle* com a expansão do bicudo. A recente expansão do algodão no Cerrado, com elevada mecanização e alta produtividade,

elimina as possibilidades do algodão do Agreste. De qualquer forma, há grande diversificação (Melo, 1980; Ferreira e Sampaio, 1985). Em brejos de altitude, produzia-se café de elevada qualidade, erradicado quando ocorreu uma superprodução no Brasil. Nos últimos anos, surgiram pequenas áreas de café orgânico, principalmente na Serra de Taquaritinga. Pequenas áreas de produção de hortaliças têm destaque há muitos anos. Atividades de lazer, como hotéis fazenda, a exploração de cachoeiras e trilhas, circuitos de fazendas e chácaras de fim de semana também têm sido instaladas, embora ainda com pouca expressão econômica.

Duas atividades merecem destaque. Uma delas é a produção de ovos, um próspero negócio, com elevado nível tecnológico, mas ocupando áreas restritas (Vital *et al.*, 2002). O município de São Bento do Una é um dos maiores produtores nacionais. E a bacia leiteira, com crises periódicas, devido às oscilações dos preços, mas mantém-se como uma atividade com bom nível tecnológico, sendo praticada por pecuaristas de porte médio (Sampaio, 2005, 2022).

Na expansão do algodão, desenvolveu-se comumente o conjunto consórcio em parceria. Isto significa que era plantado o algodão consorciado com milho e feijão, por um parceiro que dividia o algodão e, às vezes, o milho e o feijão, em parcelas previamente acordadas, com o proprietário da terra (Sampaio, 1977; Andrade, 1980). Muitas vezes o restolho do algodão servia de pasto para o gado. Muito estudado tanto do ponto de vista agrônomo como das relações de trabalho. Todavia, hoje tem apenas interesse histórico, não existe mais no quadro atual. A parceria, como sistema de organização da produção com divisão de retornos e de riscos, um arranjo social e produtivo que foi amplamente estudado no passado (Bhaduri, 1883; Stiglitz, 1974; Lehman, 1986), desapareceu quase completamente em Pernambuco. Novas formas assemelhadas, como a produção sob contrato na produção de ovos e leite têm características modernas e bem distintas. Esses são produtores independentes que estabelecem contratos de venda e muitas vezes de apoio tecnológico, sendo estudados nas novas relações de oligopólio (Lima e Ferreira Irmão, 2004).

3. O Sertão

A ocupação do sertão ocorreu com a expansão da pecuária, em especial a partir do século 17 (Magalhães, 1978). Uma pecuária extensiva, o gado criado solto, ocorrendo uma vez ao ano o trabalho de reunião do rebanho e a divisão das reses em acordo com o ferro e a marcação dos garrotes e bezerros. Dadas as precárias condições da pastagem, em uma área semiárida, com meses de baixa precipitação, o gado foi forçado a adaptar-se, reduzindo seu tamanho e tendo ganho de peso reduzido, com ganho nos meses de chuva e perda nos meses de seca. Quando possível, os criadores combinavam a pastagem nos campos abertos com meses em áreas mais verde, de agricultura. Essa combinação ocorria na proximidade entre as áreas mais áridas e os brejos de altitude.

Os vaqueiros eram responsáveis por fiscalizar o gado, tratar de alguma ferida, e acompanhar, quando possível, os partos. Como seu trabalho não podia ser acompanhado foi desenvolvido um engenhoso sistema de participação nos ganhos, a quarteação, sistema no qual um em cada quatro bezerros nascidos era do vaqueiro. Para identificação do gado, os ferros deviam representar a ribeira onde localizava-se a fazenda e o proprietário. Os ferros eram registrados em cartório, sendo de amplo conhecimento dos vaqueiros. Para auxílio dos vaqueiros, algumas

reses recebiam chocalhos que indicassem a sua localização. Vaqueiros experientes identificavam o som dos chocalhos, reconhecendo o animal à distância.

Como o gado era criado solto, a área da fazenda não era tão importante, destacando-se apenas a sede com o curral. Nos séculos 18 e 19 a expansão do gado permitiu o surgimento de estabelecimentos especializados no preparo da carne de charque, as charqueadas, para envio aos mercados urbanos. Entretanto, as grandes secas periódicas, dizimando os rebanhos, acabaram por inviabilizar essa florescente indústria, que mudou para o sul do país. O sistema de criação extensiva permaneceu inalterado até a segunda metade do século 19 e, em algumas áreas mais distantes, até a metade do século 20.

A mudança ocorreu com a introdução do gado zebu, de maior peso. Para controlar a melhoria da raça era necessário assegurar a cobertura pelos touros de raça introduzidos. Como consequência, as áreas teriam de ser cercadas. O gado que antes era criado solto passou a ser criado em mangas cercadas, assegurando a melhoria da raça. O manejo mudou e, em consequência, igualmente a remuneração se modificou. Com os novos ganhos, o assalariamento passou a ser mais conveniente para o criador — dos 25% na quarteação, os salários passaram a representar menos de 10% dos custos (Sampaio, 1987). Os vaqueiros antes podiam criar seus próprios rebanhos. Com a mudança recebem apenas o salário. Essa mudança tecnológica teve ampla repercussão, alterando a relação de trabalho e limitando as possibilidades dos pequenos proprietários, impossibilitados de criarem o gado solto em terra alheia. O ferro como identificação também perdeu a sua importância anterior. As festas dos vaqueiros, quando da reunião anual, viraram vaquejadas esportivas.

Ao lado dessa grande pecuária, era praticada a agricultura de subsistência, com pequenas roças cercadas, plantadas pelos poucos trabalhadores, na proximidade das casas, e a criação de outros animais, como bodes e cabras, galinhas, porcos, também criados soltos, mas pastorados. Nos anos 1960 e 1970 ainda se encontrava o antigo sistema em áreas remotas do Piauí. Nas outras áreas, as fazendas já haviam sido cercadas, ocorrendo a demarcação das terras desde o final do século 19. Progressivamente, nos vales mais férteis, a agricultura foi sendo desenvolvida, produzindo-se milho, feijão, arroz e algodão, ao lado de produtos de consumo local, como fava, jerimum, melancia e outros. Quando possível o uso de água, a produtividade era maior. Também, como nos Agrestes, ocorria o consórcio de culturas e a parceria.

Duas grandes mudanças, ocorridas a partir de 1970 devem ser destacadas. A primeira decorrente da instalação de perímetros irrigados no submédio do Vale do São Francisco. Alguma agricultura irrigada já era praticada, mas em áreas muito pequenas, dada a escassez de água. A segunda mudança importante foi a perda de competitividade da produção de grãos frente a expansão da fronteira pelo Cerrado, resultando em contração das pequenas roças, muitas vezes plantadas nas encostas. Essa contração, no entanto, vem trazendo benefícios ecológicos destacados.

Os perímetros irrigados traziam ao lado de áreas maiores, organizadas empresarialmente, muitos lotes menores, de colonos. O sucesso foi tremendo, atraindo levadas de trabalhadores (Sampaio e Sampaio, 2004). Inicialmente eram produzidas culturas temporárias, mas depois foram parcialmente substituídas por culturas permanentes, destacando-se a banana, o coco, a goiaba, a uva e a manga. Dadas as condições ambientais que permitiam a produção ao longo do ano, com boa qualidade, as frutas de melhor padrão passaram a ser exportadas, surgindo

um novo negócio e polos de crescimento, principalmente na área ribeirinha entre Petrolina e Santa Maria da Boa Vista.

Ao lado dos pequenos produtores, o assalariamento em condições modernas foi adotado. Houve casos de insucesso, como por exemplo a produção de tomates, chegando a se instalar grandes indústrias que fecharam por não mostrar competitividade com produtos importados (Sampaio e Sampaio, 2004). E casos de adaptação, ainda em curso, como na produção de vinho, passando de alguns vinhos mais finos a vinhos de mesa comuns (Vital e Sampaio, 2009). A disponibilidade de água e terras adequadas limita a expansão das áreas irrigadas, mas onde é possível representa uma das mais dinâmicas faces do agronegócio, envolvendo empresas e colonos, e gerando destacado crescimento nestas áreas localizadas.

A contração da agricultura de sequeiro vem permitindo a recuperação das áreas de caatinga. Ao lado da proibição da caça de animais selvagens, de arribações a tatus e muitos outros, vem mostrando a recuperação da fauna e da flora do bioma Caatinga (Sampaio *et al.*, 2017). Como em outras áreas semiáridas no mundo, a preservação do meio ambiente pode resultar em venda de produtos ambientais. Destaca-se também a substituição da produção de lenha, nociva ao ambiente, pela implantação de parques tecnológicos de produção de energia eólica e solar. Esta parece ser uma nova face do rural no semiárido.

Qual o espaço da agricultura familiar no semiárido? Muito limitado, como o foi no passado. Nas áreas secas, áreas menores que 100 hectares nunca foram suficientes para gerar uma renda mínima familiar. O trabalho na agropecuária era combinado com atividades de pequena indústria e serviços (Sampaio e Ferreira Irmão, 1977). O apego à terra, principalmente das gerações mais velhas, vem mantendo uma população de idosos e mulheres no campo, incluídos na categoria de agricultura familiar, pouco integrada ao mercado e gerando uma renda muito baixa (Sampaio e Vital, 2022).

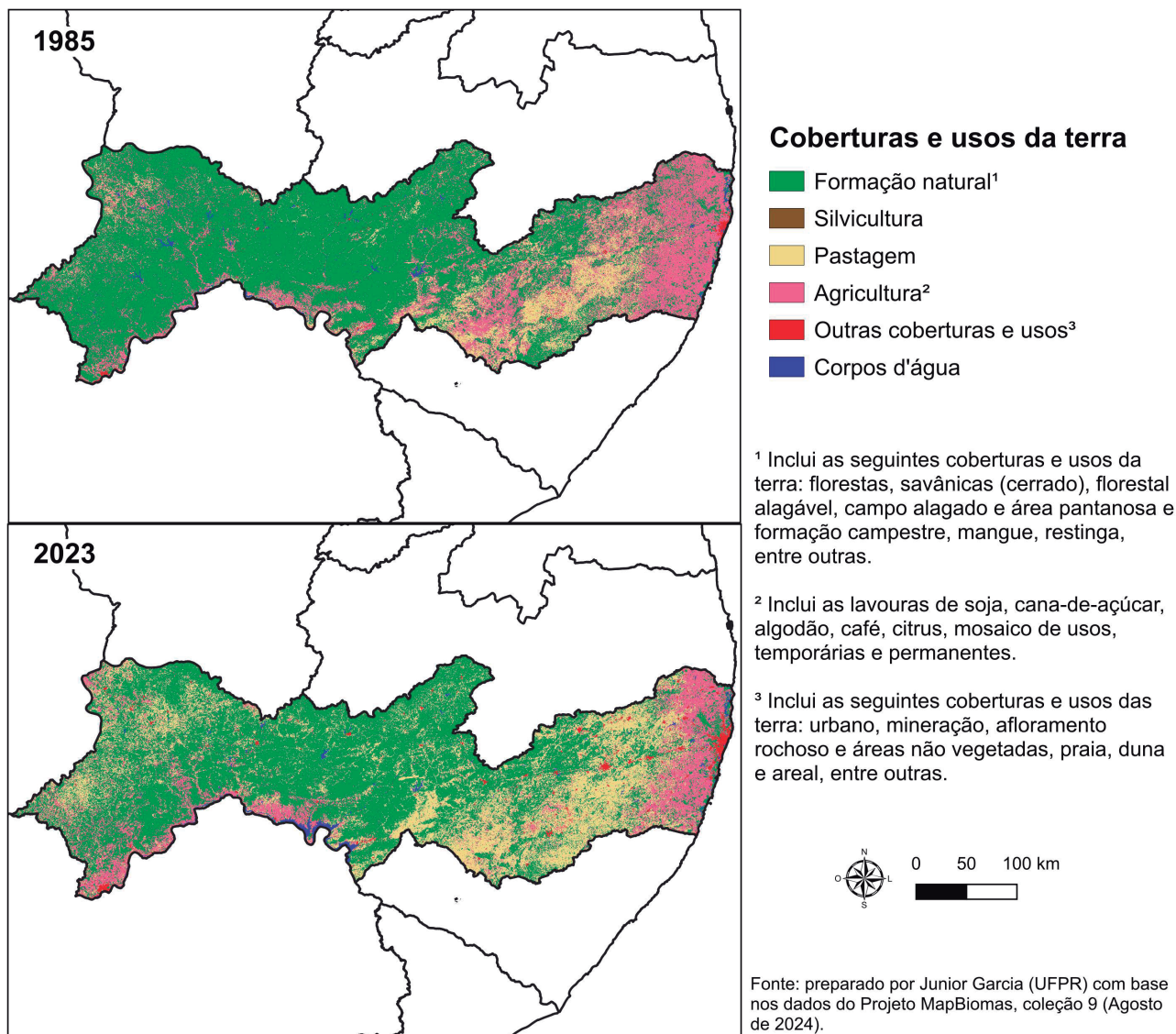
Alguns autores destacam que as políticas de transferência de renda do Governo Federal vêm retardando a migração da população para áreas urbanas (Maia Gomes, 2001; Sampaio, Vital e Duarte, 2007). O programa Bolsa Família, principalmente, confere estabilidade a uma parcela da renda familiar. No entanto, esses programas de transferência precisam ser analisados por diversas óticas, enfocando, por exemplo, o crescimento desordenado das cidades e o desemprego urbano (Sampaio, 2023). Destaca-se, adicionalmente, que essas transferências, em períodos de seca, permitiram a permanência das famílias, devido a manutenção de uma renda mínima, como analisado em outro contexto por Amartya Sen (Sen, 1981). Essa dinâmica apresenta pontos positivos e negativos, os quais precisam ser melhor estudados.

4. Evolução da cobertura e usos da terra e da população ocupada em Pernambuco

As mudanças ocorridas na cobertura e usos da terra no meio rural de Pernambuco, aproximadamente nos últimos 40 anos, podem ser observadas na Figura 1. Na Zona da Mata, devido ao declínio da cultura canavieira, se observa uma redução da cobertura com agricultura e o aumento de outras coberturas e usos e, principalmente, de pastagens. O avanço das pastagens, com redução da formação natural, é absolutamente notável tanto no litoral, agreste quanto no sertão, na sua parte não irrigada, como nas cidades de Afrânio, Dormentes, Santa Filomena,

Ouricuri, Trindade e Araripina, que fazem fronteira com o estado do Piauí. Não obstante a importância do rebanho bovino, a evolução da produção de ovinos e caprinos também tem forte contribuição nesse resultado. Comparando o ano de 1985 com o ano de 2023, as áreas destinadas às pastagens aumentaram 180%.

Figura 1. Coberturas e usos da Terra em Pernambuco: 1985 e 2023

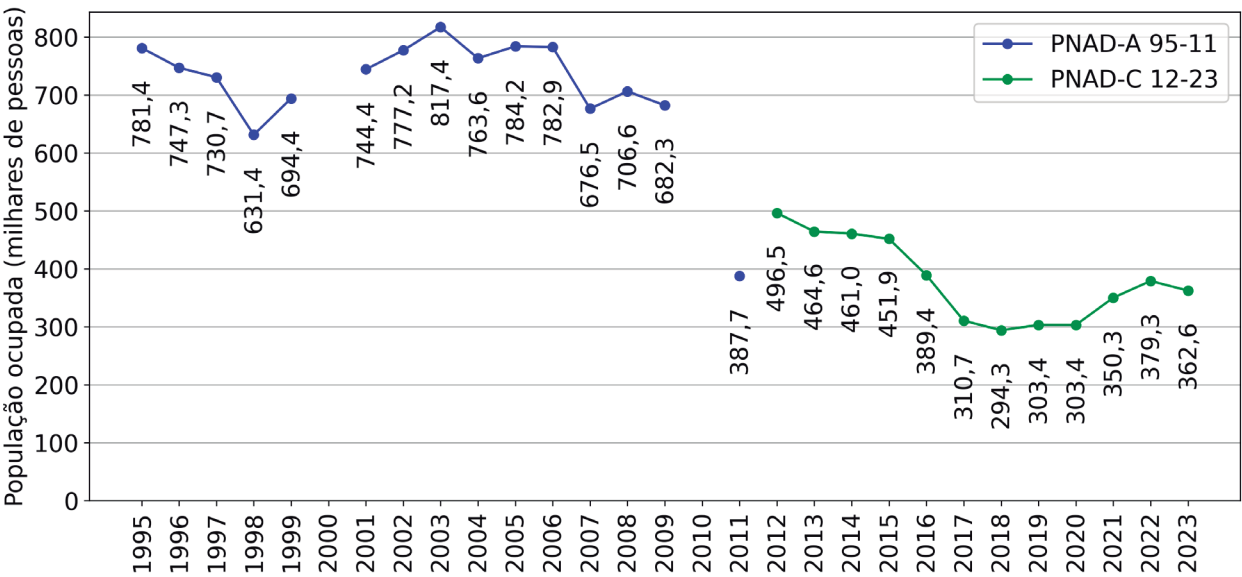


Finalmente, também chama a atenção o aumento das áreas onde o uso é para a agricultura, na chamada mesorregião do São Francisco Pernambucano, ao longo da divisa do estado com a Bahia, percorrendo o Rio São Francisco. Ali se tem a possibilidade de produzir de forma irrigada, com uso intensivo de tecnologia, disponibilidade de sol praticamente o ano inteiro e água, apesar de nem sempre os solos serem bons para a agricultura. Comparando o ano de 1985 com o ano de 2023, o aumento na área para a agricultura cresceu 60%.

A Figura 2 mostra a evolução da quantidade de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no estado. Como os dados para o período de 2004 a 2011 foram obtidos nas versões anuais da PNAD e os dados de 2012 a 2023 foram obtidos nas versões contínuas da PNAD, não

há comparabilidade direta. Contudo, fica evidente que há no período uma tendência geral de redução no número de ocupações.

Figura 2. Pessoas ocupadas na agropecuária no estado de Pernambuco, 1995 a 2023



Fonte: preparado por Nicole Castro (Esalq) com dados do IBGE. * ocupados em autoconsumo não contabilizados

Por sua vez, a Tabela 1 mostra a evolução da população ocupada por atividade agropecuária, de acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Como existem diferenças metodológicas na coleta de dados da PNAD Anual e a Contínua, a análise a seguir será realizada a partir do comportamento das taxas de variação e não nos números absolutos. Ademais, na Tabela 1, diferentemente da Figura 2, os trabalhadores de subsistência são contabilizados no primeiro subperíodo (2002-2011) – ver nota metodológica do livro acerca dos dados da PNAD (na Introdução).

Nos dois períodos da análise foram encontradas reduções nas quantidades de pessoas ocupadas no total geral, ou seja, os dados mostram que há mais de vinte anos se tem um processo de redução do total de pessoas ocupadas com atividades agropecuárias no meio rural de Pernambuco, apesar de que os percentuais de redução são menores entre 2012 a 2023 (queda de -27%) na comparação com o período de 2002 a 2011 (diminuição de -39%).

Tabela 1. População Ocupada (PO) por atividade agropecuária: 2002 a 2011 com dados da PNAD Anual e 2012 a 2023 com dados da PNAD Contínua

Variáveis	2002	2011	%	Δ	2012	2023	%	Δ
População Ocupada Geral	981,43	600,73	-39	-380,70	496,48	362,61	-27	-133,88
Arroz	3,12	2,42	-22	-0,70	0,12	0,18	58	0,07
Milho	152,18	166,56	9	14,38	74,29	43,04	-42	- 31,26

Cultivo de outros cereais	0,52	0,72	38	0,20	0,06	-	-100	-0,06
Algodão	3,12	-	-100	-3,12	-	0,10	-	0,10
Cana	109,55	54,40	-50	- 55,15	25,65	40,01	56	14,36
Soja	-	-	-	-	0,09	0,23	153	0,14
Mandioca	88,16	51,90	-41	- 36,26	35,82	20,65	-42	- 15,17
Horticultura e floricultura	73,66	66,48	-10	-7,19	26,00	21,84	-16	-4,17
Frutas cítricas	1,56	-	-100	-1,56	0,96	1,28	34	0,33
Café	2,08	-	-100	-2,08	0,65	0,22	-66	-0,43
Uva	3,64	27,96	669	24,32	17,18	7,70	-55	-9,48
Banana	27,23	18,63	-32	-8,59	12,10	18,36	52	6,27
Outras lavouras	233,02	89,15	-62	-143,88	200,50	136,07	-32	- 64,43
Bovinos	119,04	28,05	-76	- 91,00	58,22	44,44	-24	- 13,78
Suínos	5,53	0,72	-87	-4,81	1,38	1,79	29	0,41
Aves	97,81	17,57	-82	- 80,24	9,55	11,22	18	1,68
Apicultura	-	-	-	-	0,07	0,11	63	0,04
Outros animais	46,14	11,47	-75	- 34,67	9,64	7,09	-26	-2,55
Agropecuária	5,20	56,54	988	51,35	5,78	1,01	-82	-4,77
Produção florestal	1,98	2,15	8	0,17	6,97	2,74	-61	-4,23
Pesca	6,66	5,76	-14	-0,91	10,34	3,66	-65	-6,69
Aquicultura	0,21	0,27	28	0,06	1,12	0,88	-21	-0,24

Fonte: Preparado por Nicole Rennó Castro (Esalq) com base em dados do IBGE

Contudo, não são todas as culturas que apresentam esse comportamento. No caso da mandioca, horticultura e floricultura, café, bovinos, pesca, outros animais e outras lavouras se

verifica a queda de pessoas ocupadas nos dois períodos, sendo todas essas atividades muito importantes em termos de geração de ocupação, as quais, efetivamente, tiveram forte peso no resultado. Por outro lado, existem também as culturas que inverteram a tendência do período inicial, como arroz, cana, frutas cítricas, banana, suínos e aves, mas que não são culturas que geram tantas ocupações, com exceção da cana, principalmente no corte, nos casos em que ainda se tem uma boa parte não mecanizado, e na produção de banana. Finalmente, chama a atenção as culturas do milho, uva, produção florestal e aquicultura, que tinham uma tendência de alta no primeiro período analisado e depois passaram a ter uma queda no número de pessoas ocupadas.

5. A demanda por mão de obra e a “crise” na fruticultura do Vale do São Francisco

A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco apresenta uma característica que a distingue de outras culturas dentro do agronegócio: ser intensiva tanto em tecnologia quanto em mão de obra. Assim, a intensificação tecnológica que possibilita se produzir frutas no semiárido brasileiro durante as 52 semanas do ano, igualmente cria empregos, pois existe, ao longo do processo de produção, uma grande necessidade de atividades para serem realizadas manualmente, nas quais as tecnologias mecânicas não são ainda capazes de realizar. A tecnologia é necessária para que se possa produzir de forma escalonada todas as semanas do ano, utilizando de irrigação e tendo grande disponibilidade de horas de sol todos os dias.

A região se tornou conhecida como um polo produtor de frutas, que abastece tanto o mercado interno quanto o externo em períodos específicos. Em 2024, cerca de 92% de todo o volume exportado de manga pelo Brasil e 98% de toda uva fina de mesa, foram produzidos no Vale do São Francisco, conforme informação disponível nos Observatórios de Mercado da Embrapa (Embrapa, 2025a; 2025b).

A mangicultura e a viticultura são as duas culturas que mais demandam trabalho dentro do agronegócio na região. Entre os anos de 2021 e 2024, os percentuais são 90,57%, 91,60%, 90,80% e 88,25%, ou seja, as duas culturas praticamente geram a totalidade de empregos no Vale do São Francisco, apesar de o percentual estar se reduzindo nos últimos anos. O agronegócio, em relação ao total de empregos gerados, em todos os setores no Vale do São Francisco, representou, nos últimos quatro anos, os seguintes percentuais: 48,95%, 48,36%, 51,15% e 49,43%, ou seja, cerca de metade de todos os empregos gerados, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) reprocessados por Embrapa (2025a, 2025b).

Importante ressaltar que as duas culturas referidas têm necessidade de trabalho a ser executado por homens, que precisam de mais esforço físico, e por mulheres, principalmente na viticultura, que demanda um maior cuidado com a fruta, para deixar em condições de serem embaladas e atender mercados exigentes. Além disso, a maior parte de quem trabalha nos *packing houses* são mulheres, novamente pelo cuidado necessário com a seleção das melhores frutas. Em 2024, na uva, 52,25% das contratações foram de mulheres. Na manga, as contratações do sexo masculino foram maiores, 63% do total.

Contudo, a fruticultura no Vale do São Francisco vive seus ciclos, com mudanças, principalmente, no manejo das culturas e de novas variedades sendo plantadas. Assim, existem

momentos de redução de rentabilidade, saída de produtores das atividades, aquisições de áreas e situações de aumento das margens de lucro, com entrada de novos produtores e expansão de área plantada. No período mais recente, notadamente nos últimos dez anos, no caso da manga, e cinco anos no caso da uva de mesa, a região tem vivenciado um incremento de novas áreas, que demandam mais pessoas para trabalhar. Só que esta necessidade de mais pessoas para trabalhar na fruticultura tem crescido mais rapidamente do que o aumento da oferta de mão de obra e, com isto, se tem um desequilíbrio no mercado de trabalho.

Tanto no caso da mangicultura quanto da viticultura, o ano de 2024 encerrou com um estoque de pessoas empregadas com carteira assinada superior ao de 2023. No caso da manga, em 2023, o estoque foi de 11.258 e, em 2024, passou para 11.874 contratados. Na uva de mesa, em 2023, o estoque de pessoas empregadas era 28.567 e, no ano de 2024, aumentou para 28.952. Apesar de existir maior número de pessoas trabalhando, os produtores têm muita dificuldade em concluir as contratações necessárias, pois sistematicamente tem aumentado a área de produção e, com isto, a necessidade de mais contratações. Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, a área plantada no Vale do São Francisco com manga e uva aumentou 75% entre os anos de 2014 e 2023, último dado disponível. Assim, investimentos para implantação de novas áreas passam a ser repensados, à medida que se torna mais difícil conseguir pessoas para trabalhar.

Além do desafio de aquisição de novas áreas, muitos produtores atribuem aos programas sociais do governo a escassez de mão de obra disponível. Segundo informam, as contratações formais, se ocorrem, faz a pessoa perder o dinheiro recebido da transferência pública, que é um valor considerável em proporção à renda familiar. Assim, muitos preferem manter os recursos decorrentes do Bolsa Família, por exemplo, e trabalhar de forma avulsa, recebendo por diárias, mas que no final do mês a renda recebida é mais elevada do que o salário acordado pelo Acordo Trabalhista (ACT) entre os dois sindicatos, normalmente um pouco superior ao salário mínimo. Em 2024, enquanto o salário mínimo nacional era de R\$ 1.412,00, na fruticultura ficou definido em R\$ 1.450,00.

Um aspecto pouco debatido junto ao setor produtivo é que as pessoas que trabalham na fruticultura são jovens e possuem um nível de escolaridade mais alto do que a realidade passada na fruticultura. Em 2024, na manga, 52% de todos os contratados tinham menos de 30 anos. No caso da uva, o valor é um pouco menor, 49%. Além disso, 48% dos contratados na manga e 37%, na uva, possuem ensino médio completo. Com o crescimento da oferta de cursos de ensino superior no interior do semiárido, inclusive no período noturno e na modalidade à distância, certamente que uma grande parte desses jovens com ensino médio completo vão buscar o ensino superior e não vão ter interesse nas ocupações dentro da fruticultura, que exigem maior esforço físico pelo salário pouco superior ao mínimo nacional.

Da mesma forma que existe uma dificuldade na sucessão das empresas rurais no Vale do São Francisco, com muitos filhos(as) se formando em áreas não relacionadas com a fruticultura, os descendentes dos antigos funcionários das fazendas têm um nível de escolaridade mais elevado e provavelmente irão procurar ocupações em outros tipos de atividade.

Finalmente, uma questão que também gera conflitos entre os donos das fazendas e os funcionários, é o funcionamento de metas diárias. Em geral, os funcionários têm conseguido atingir

as metas antes das oito horas de trabalho diárias e, quando concluem, querem ir embora para suas casas. Quem não depende do transporte disponibilizado pelas fazendas, consegue sair. Quem precisa usar os ônibus das fazendas para ir para a cidade ou o núcleo urbano, mas tem que esperar o horário final do expediente, fica bastante insatisfeito. E os proprietários não conseguem aumentar as metas a serem atingidas, para reduzir esse tempo ocioso pós conclusão das atividades até a saída dos ônibus, pois os funcionários não aceitam e ameaçam pedir demissão. Como existe uma grande dificuldade em conseguir novos empregados, se aceita não alterar as metas diárias de trabalho. De toda forma, atualmente existe um forte desequilíbrio no mercado de trabalho da fruticultura no Vale do São Francisco, e isto pode causar um retardo em novos investimentos na região no curto prazo.

6. Considerações finais

O trabalho analisou as mudanças na ocupação da terra, no capital e os efeitos no mercado de trabalho considerando a divisão do estado de Pernambuco em Zona da Mata, Agreste e Sertão. Na Zona da Mata, historicamente, a produção de cana-de-açúcar sempre predominou. Mesmo atualmente, com redução de área e competitividade, a atividade permanece e é dominante, ainda sendo geradora de emprego, mesmo que mais especializado. No caso do Agreste, a produção animal tem destaque, notadamente com o setor de ovos e a produção de leite. As atividades são desenvolvidas por produtores familiares, mas tecnificados. No sertão, predomina na parte irrigada a fruticultura e, na parte de sequeiro, a criação de pequenos animais, caprinos e ovinos. São duas atividades distintas, em exigência de capital investido e em demanda por trabalhadores.

No caso da fruticultura irrigada, a velocidade de aumento da demanda por trabalho tem superado o crescimento da oferta. Assim, muitos produtores têm se preocupado com futuros investimentos na região, dado que ou pagarão maiores salários para atrair as pessoas ou existe o risco de não conseguir a quantidade necessária para atender todas as fases do processo de produção. E apesar de ser uma atividade altamente intensiva em tecnologia, também é em mão de obra. E a realidade é que no semiárido se tem uma redução do número de pessoas com baixa escolaridade (analfabetos, ensino fundamental incompleto) e os jovens estão buscando novas áreas para trabalhar, reduzindo o interesse por trabalhos manuais na fruticultura. Isto pode causar uma forte crise na região, no curto prazo.

Referências

- Andrade, M.C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980
- Bhaduri, A. **The Economic Structure of Backward Agriculture**. Londres: Academic Press, 1983
- Embrapa. **Observatório da manga**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/observatorio-da-manga>. Acesso em 28 fev. 2025A
- Embrapa. **Observatório da uva**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/observatorio-da-uva>. Acesso em 28 fev. 2025b
- Ferreira, I. e Sampaio, Y. Estrutura agrária, produção e emprego rural. In: Jatobá, J. (org.), **Política de emprego para o Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 1985, p. 41-214
- Galindo, O. e Sampaio, Y. Reforma agrária e produção de alimentos. In: Pessoa, D. (org.), **Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos**. Recife: Fundaj, 1990

- IBGE. Pesquisa produção agrícola municipal (PAM). In: **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>
- Lehman, D. Sharecropping and the Capitalist Transition in Agriculture. In: **Journal of Development Studies**, 23, p. 333-354, 1986.
- Lima, R.C. e Ferreira Irmão, J. Coordenação vertical e contratos informais na agricultura irrigada: um estudo de caso com aplicação do modelo Tobit. In: **Revista de Economia e Agronegócios**, 2(1), p. 51-64, 2004
- Magalhães, B. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Editora Nacional / MEC, Coleção Brasileira, número 45, 1978
- Maia Gomes, G. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: IPEA, 2001
- Melo, M.L. **Os agrestes**. Recife: Sudene, Série Estudos Regionais, 1980
- Meyer, D.R. **A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- Sampaio, E. e Sampaio, Y. (orgs). **Ensaio sobre a economia da agricultura irrigada**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004
- Sampaio, E. *et al.* Sustainable agricultural uses in the Caatinga. In: Silva, J.M.C *et al.* (orgs). **Caatinga. The Largest Tropical Dry Forest Region in South American**. Genebra: Springer, p. 413-428, 2017
- Sampaio, Y. e Ferreira Irmão, J. **Emprego e pobreza rural**. Recife: CME-Pimes, Série Pesquisa, 7, 1977
- Sampaio, Y. e Pessoa, L.R.M. **Nordeste/Nordestes: regionalizações (Um estudo de diferenciação da agricultura nordestina)**. Recife: Pimes, Série Estudos, 1987
- Sampaio, Y., Vital, T. e Duarte, G. **Políticas de apoio e compensação à agricultura familiar no Brasil. Uma avaliação do Pronaf, do Bolsa Família e da aposentadoria rural**. Santiago: Cepal, Projeto FAO-BID Impactos de los TLC sobre la agricultura familiar y políticas compensatorias, 2007
- Sampaio, Y., Vital, T. Agricultura familiar em Pernambuco: o que diz o Censo Agropecuário de 2017. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 2020 (Suplemento Especial)
- Sampaio, Y. Maximização com várias funções objetivo de mudança tecnológica em agricultura de consorciação em parceria no Nordeste do Brasil. In: **Revista de Economia Rural**, XV, tomo II, p. 43-48, 1977
- Sampaio, Y. A “quarteação”: novas notas sobre uma velha questão. In: Sampaio, Y. (org.), **Nordeste rural: transição para o capitalismo**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1987
- Sampaio, Y. **Açúcar amargo: crise e perspectivas para a indústria sucro-alcooleira em Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1999
- Sampaio, Y. Capital e terra na economia escravista do Agreste e do Sertão do Nordeste. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, 61, 2005
- Sampaio, Y. **Perfis Econômicos e Construção de Cenários de Desenvolvimento para o Estado de Pernambuco**, com Ênfase na Mesorregião da Zona da Mata. Estudo Setorial: Leite e Derivados, relatório contrato PROMATA, Recife, 2005
- Sampaio, Y. O Brasil rural: a política econômica agrícola dos anos 1970 a 2020. In: Barros, G.S. C. e Navarro, Z. (orgs.). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Editora Baraúna, p. 248-318, 2022
- Santos, M.A.C. e Barreto, B.J. **Cana-de-açúcar em Pernambuco. O que você já sabe e o que vai saber agora**. Recife: CEPE, 2022
- Sen, A. **Poverty and Famines. An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981